Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Alex Energia Participações S.A.

31 de dezembro de 2024
com Relatório do Auditor Independente

Alex Energia Participações S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas....1

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Balanços patrimoniais....5
Demonstrações dos resultados....7
Demonstrações dos resultados abrangentes....8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido....9
Demonstrações dos fluxos de caixa....10
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas....11

Shape the future
with confidence

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo – SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Diretores da
Alex Energia Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Alex Energia Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Uma empresa-membro da Ernst & Young Global Limited

Shape the future
with confidence

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Receita de venda de energia fornecida e não faturada

As receitas das controladas da Companhia são oriundas principalmente da geração e fornecimento de energia elétrica, sendo reconhecidas conforme regime de competência, independentemente do seu faturamento, uma vez que o faturamento é efetuado tomando como base ciclos de leitura da energia gerada e disponibilizada pelas usinas, que se sucedem, em alguns casos, ao período de encerramento contábil.

As controladas da Companhia utilizam como procedimento estimar o montante de venda de energia gerada e disponibilizada, mas ainda não faturada, para o reconhecimento da correspondente receita no seu correto período de competência. No período subsequente, essa estimativa é estornada e então registrada a efetiva receita de venda de energia. Conforme nota explicativa nº 5, o saldo de contas a receber derivado do fornecimento não faturado totaliza R$20.442 mil nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2024.

O cálculo da receita não faturada foi considerado um assunto significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos e às especificidades atreladas ao processo de estimativa, o qual leva em consideração dados históricos, parametrização de sistemas, além de julgamentos por parte da diretoria acerca da estimativa de geração e fornecimento de energia, a fim de garantir que a receita seja mensurada de forma acurada e contabilizada na competência correta.

Como nossa auditoria conduziu este assunto:

Nossos procedimentos de auditoria em relação ao reconhecimento de receita de venda de energia fornecida e não faturada incluíram, entre outros: (i) compreensão e documentação do processo de estimativa e determinação dos montantes de receita de venda de energia fornecida e não faturada por parte da Diretoria; (ii) reconciliação do saldo de receita de venda fornecida e não faturada com os registros contábeis; (iii) comparação do valor estimado da receita de venda de energia fornecida e não faturada com o consumo médio real obtido através de relatórios disponibilizados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) no período subsequente e referente ao período anterior; e (iv) revisão das divulgações efetuadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Diretoria, consideramos que as políticas de mensuração e reconhecimento de receita de venda de energia fornecida e não faturada adotadas pelas controladas da Companhia, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Shape the future
with confidence

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

Shape the future
with confidence

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 15 de abril de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

Fulvio A. Matias de Carvalho
Contador CRC SP-294991/O

Alex Energia Participações S.A.

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais R$, exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	**30.041**	29.270	**212.826**	216.889
Contas a receber	5	**4.079**	392	**32.391**	29.939
Dividendos a receber	22	**33.018**	60.981	**-**	-
Impostos a recuperar		**2.242**	1.586	**13.860**	10.938
Estoques		**-**	-	**14.979**	18.997
Despesas antecipadas		**-**	-	**3.015**	1.449
Outros		**93**	90	**6.181**	6.493
		69.473	92.319	**283.252**	284.705
Não circulante					
Depósitos restituíveis (caixa restrito)	6	**-**	-	**36.701**	33.967
Adiantamento para futuro aumento de capital	22	**-**	1.181	**-**	-
Investimento	7	**1.089.945**	1.111.170	**-**	-
Imobilizado	8	**504**	480	**1.635.437**	1.691.786
Ativo de direito de uso	9	**-**	-	**871**	132
		1.090.449	1.112.831	**1.673.009**	1.725.885
Total do ativo		**1.159.922**	1.205.150	**1.956.261**	2.010.590

Alex Energia Participações S.A.

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais R$, exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Passivo					
Circulante					
Contas a pagar	10	**29.700**	26.456	**28.022**	43.663
Empréstimos, financiamentos e debêntures	11	**3.160**	1.701	**49.764**	43.540
Impostos e contribuições a recolher		**93**	33	**5.919**	8.781
Obrigações trabalhistas		**1.360**	1.229	**2.688**	1.887
Dividendos a pagar	22	**15.162**	20.442	**15.435**	20.894
Arrendamento	9	**-**	-	**319**	172
Outras contas a pagar		**-**	30	**584**	712
		49.475	49.891	**102.731**	119.649
Não circulante					
Contas a pagar	10	**-**	-	**141.013**	90.706
Empréstimos, financiamentos e debêntures	11	**492.253**	471.027	**1.065.892**	1.089.407
Arrendamento	9	**-**	-	**580**	-
Obrigação com aquisição de investimento	20	**29.728**	27.375	**29.728**	27.375
Provisão para desmobilização	13	**-**	-	**22.620**	21.060
		521.981	498.402	**1.259.833**	1.228.548
Patrimônio líquido	14				
Capital social		**630.470**	630.000	**630.470**	630.000
Reservas de lucros		**-**	26.857	**-**	26.857
Prejuízos acumulados		**(42.004)**	-	**(42.004)**	-
		588.466	656.857	**588.466**	656.857
Participação de outros acionistas não controladores	15	**-**	-	**5.231**	5.536
Total do patrimônio líquido		**588.466**	656.857	**593.697**	662.393
Total do passivo e do patrimônio líquido		**1.159.922**	1.205.150	**1.956.261**	2.010.590

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Alex Energia Participações S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais R$, exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Receita operacional líquida	16	**-**	-	**177.667**	184.540
Custo de geração de energia	17	**-**	-	**(152.668)**	(119.330)
Lucro bruto		**-**	-	**24.999**	65.210
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas administrativas e gerais	17	**(4.116)**	(5.609)	**(4.971)**	(4.966)
Resultado com equivalência patrimonial e Mais-Valia	7	**(6.543)**	45.537	**-**	-
Outras receitas (despesas) operacionais	18	**(14)**	(1)	**722**	2.136
		(10.673)	39.927	**(4.249)**	(2.830)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		**(10.673)**	39.927	**20.750**	62.380
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	19	**2.975**	7.751	**25.040**	37.634
Despesas financeiras	19	**(62.163)**	(56.644)	**(103.973)**	(96.452)
		(59.188)	(48.893)	**(78.933)**	(58.818)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		**(68.861)**	(8.966)	**(58.183)**	3.562
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	21	**-**	-	**(10.995)**	(12.684)
Prejuízo do exercício		**(68.861)**	(8.966)	**(69.178)**	(9.122)
Atribuível aos:					
Acionistas controladores	14	**(68.861)**	(8.966)	**(68.861)**	(8.966)
Acionistas não controladores		-	-	**(317)**	(156)
Prejuízo básico por ação	14.d	**(0,027)**	(0,003)	**(0,027)**	(0,003)
Prejuízo diluído por ação	14.d	**(0,027)**	(0,003)	**(0,027)**	(0,003)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Alex Energia Participações S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais R$, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Prejuízo do exercício	**(68.861)**	(8.966)	**(69.178)**	(9.122)
Total dos resultados abrangentes do exercício	**(68.861)**	(8.966)	**(69.178)**	(9.122)
Atribuível aos:				
Acionistas controladores	**(68.861)**	(8.966)	**(68.861)**	(8.966)
Acionistas não controladores	-	-	**(317)**	(156)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Alex Energia Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais R$, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Capital social	Reservas de lucros		Lucros (prejuízo) acumulados	Total	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
			Reserva legal	Retenção de lucros				
Em 31 de dezembro de 2022		322.300	3.016	32.807	-	358.123	6.077	364.200
Aumento de capital social	14.a	307.700	-	-	-	307.700	-	307.700
Movimentação de capital em investidas	15	-	-	-	-	-	26	26
Declaração de dividendos para outros acionistas	15	-	-	-	-	-	(411)	(411)
Absorção de prejuízos		-	-	(8.966)	8.966	-	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	(8.966)	(8.966)	(156)	(9.122)
Em 31 de dezembro de 2023		630.000	3.016	23.841	-	656.857	5.536	662.393
Aumento de capital social	14.a	**470**	**-**	**-**	**-**	**470**		**470**
Movimentação de capital em investidas	15	-	-	-	-	-	**59**	**59**
Declaração de dividendos para outros acionistas	15	-	-	-	-	-	**(47)**	**(47)**
Absorção de prejuízos	14.b	**-**	**(3.016)**	**(23.841)**	**26.857**	**-**	**-**	**-**
Prejuízo do exercício		**-**	**-**	**-**	**(68.861)**	**(68.861)**	**(317)**	**(69.178)**
Em 31 de dezembro de 2024		**630.470**	**-**	**-**	**(42.004)**	**588.466**	**5.231**	**593.697**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Alex Energia Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais R$, exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Atividades operacionais					
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		**(68.861)**	(8.966)	**(58.183)**	3.562
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) antes dos tributos ao caixa gerado nas atividades operacionais					
Amortização de Mais-Valia	7	**-**	12.662		
Depreciação de ativo imobilizado	8	**-**	-	**73.664**	71.754
Amortização de ativo de direito de uso	9	**-**	-	**285**	156
Juros sobre arrendamento	9 e 19	**-**	-	**49**	24
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	11 e 19	**54.241**	47.023	**88.101**	82.301
Amortização da despesa de contratação	11	**-**	345	**-**	345
Estorno de provisão para desmobilização	13	**-**	-	**-**	(1.442)
Atualização provisão para desmobilização	13 e 19	**-**	-	**1.560**	1.645
Baixa de ativo imobilizado	8	**-**	-	**781**	(1.836)
Atualização com obrigação de aquisição	19 e 20	**2.353**	2.625	**2.353**	2.625
Atualização da compensação por perdas	18 e 19	**-**	-	**-**	(8.656)
Resultado de equivalência patrimonial	7	**(6.543)**	(58.199)	**-**	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais					
Contas a receber		**(3.687)**	1.264	**(2.452)**	(5.352)
Impostos a recuperar		**(656)**	(1.306)	**(2.922)**	(6.267)
Estoques		**-**	-	**4.018**	(6.751)
Recebimento de compensação por perdas		**-**	-	**-**	25.900
Despesas antecipadas		**-**	-	**(1.566)**	1.767
Outros		**(3)**	93	**312**	(431)
Aumento (redução) nos passivos operacionais					
Contas a pagar		**3.244**	(7.889)	**34.666**	72.417
Obrigações trabalhistas		**131**	881	**801**	586
Impostos e contribuições a recolher		**2**	(22)	**(5.472)**	(1.379)
Outras contas a pagar		**(30)**	30	**(128)**	(64.421)
(+) Dividendos recebidos		**49.202**	37.965	**-**	-
(-) Impostos de renda e contribuição social pagos		**-**	-	**(8.431)**	(10.387)
(-) Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures – juros	11	**(30.901)**	(26.282)	**(62.119)**	(61.517)
Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades operacionais		**11.576**	224	**65.316**	94.643
Atividades de investimento					
Depósitos restituíveis (caixa restrito)		**-**	-	**(2.734)**	74.346
Aumento de capital em empresas investidas	7	**(6.497)**	(2.673)	**-**	-
Adiantamento para futuro aumento de capital realizado	22	**1.181**	(1.188)	-	-
Aquisição de investimento (valor pago)	2.6	**-**	(471.383)	**-**	(471.383)
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	8	**(24)**	(479)	**(18.096)**	(15.233)
Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de investimento		**(5.340)**	(475.723)	**(20.830)**	(412.270)
Atividades de financiamento					
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures - principal	11	**(655)**	(330)	**(43.273)**	(37.305)
Pagamento de arrendamento	9	**-**	-	**(346)**	(209)
Dividendos pagos		**(5.280)**	(4.046)	**(5.280)**	(4.046)
Dividendos pagos a acionista não controlador		**-**	-	**(179)**	(158)
Aumento de capital social de acionista não controlador	15	**-**	-	**59**	26
Aumento e integralização de capital social	14	**470**	307.700	**470**	307.700
Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades de financiamento		**(5.465)**	303.324	**(48.549)**	266.008
Aumento (redução) líquido (a) de caixa e equivalentes de caixa		**771**	(172.175)	**(4.063)**	(51.619)
Caixa e equivalente de caixa em 1º de janeiro		**29.270**	201.445	**216.889**	217.913
Caixa e equivalente de caixa por aquisição		**-**	-	**-**	50.595
Caixa e equivalente de caixa em 31 de dezembro		**30.041**	29.270	**212.826**	216.889
Variação de caixa e equivalentes de caixa		**771**	(172.175)	**(4.063)**	(51.619)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1. Contexto operacional

A Alex Energia Participações S.A. (“Controladora”, “Companhia” ou “Alex”), cuja sede é localizada na cidade de Limoeiro do Norte, no Estado do Ceará, na Rod BR-437, Fazenda Alex, s/n, setor Parte I, bairro Estrada Limoeiro Sucupira, Chapada Apodi, CEP 62930-000, é uma sociedade anônima de capital fechado que tem por objeto a participação em outras Companhia como sócia, quotista ou acionista, constituída em 09 de outubro de 2018.

Em 28 de fevereiro de 2020, foi celebrado contrato de compra e venda de ações pelo qual a New Energies Investimentos e Participações Ltda. alienou e transferiu todas as ações que detinha do capital social da Companhia (representativas de 100% de participação) para a Lethe Energia S.A.

A Companhia possui controle direto nas empresas Alex I Energia SPE S.A (“Alex I”), Alex III Energia SPE S.A (“Alex III”), Alex IV Energia SPE S.A (“Alex IV”), Alex V Energia SPE S.A (“Alex V”), Alex VI Energia SPE S.A (“Alex VI”), Alex VII Energia SPE S.A (“Alex VII”), Alex VIII Energia SPE S.A (“Alex VIII”), Alex IX Energia SPE S.A (“Alex IX”) e Alex X Energia SPE S.A (“Alex X”), que detém autorização para exploração de parques solares, nos municípios de Limoeiro do Norte e Tabuleiro do Norte, no estado do Ceará, bem como controle indireto das empresas Eólica Faísa I – Geração e Comercialização de Energia S.A. ("Faísa I), Eólica Faísa II – Geração e Comercialização de Energia S.A. (“Faísa II), Eólica Faísa III – Geração e Comercialização de Energia S.A. (“Faísa III”), Eólica Faísa IV – Geração e Comercialização de Energia S.A. (“Faísa IV) e Eólica Faísa V – Geração e Comercialização de Energia S.A. (“Faísa V”), que detém autorização para exploração de Complexo Eólico, no município de Trairi, no estado do Ceará.

Controladas	Potência em MW	N° da autorização ANEEL	Vencimento do prazo da autorização	Local
Alex I	30,93	445/2018	Outubro de 2053	Limoeiro do Norte - CE
Alex III	30,93	443/2018	Outubro de 2053	Limoeiro do Norte - CE
Alex IV	30,93	444/2018	Outubro de 2053	Tabuleiro do Norte - CE
Alex V	30,93	446/2018	Outubro de 2053	Limoeiro do Norte - CE
Alex VI	30,93	362/2018	Agosto de 2053	Tabuleiro do Norte - CE
Alex VII	30,93	348/2018	Agosto de 2053	Limoeiro do Norte - CE
Alex VIII	30,93	347/2018	Agosto de 2053	Tabuleiro do Norte - CE
Alex IX	30,93	346/2018	Agosto de 2053	Limoeiro do Norte - CE
Alex X	30,93	350/2018	Agosto de 2053	Tabuleiro do Norte - CE
Faísa I	29,40	795/2014	Agosto de 2045	Trairi - CE
Faísa II	25,20	2.919/2014	Agosto de 2045	Trairi - CE
Faísa III	25,20	795/2014	Agosto de 2045	Trairi - CE
Faísa IV	25,20	795/2014	Agosto de 2045	Trairi - CE
Faisa V	27,30	4.259/2014	Agosto de 2045	Trairi - CE

Em 05 de junho de 2020, por meio do Despacho n° 1.597/2020 a razão social das empresas Alex I Energia SPE Ltda, Alex III Energia SPE Ltda, Alex IV Energia SPE Ltda, Alex V Energia SPE Ltda, Alex VI Energia SPE Ltda, Alex VII Energia SPE Ltda, Alex VIII Energia SPE Ltda, Alex IX Energia SPE Ltda, Alex X Energia SPE Ltda, foi alterada para Alex I Energia SPE S.A, para Alex III Energia SPE S.A, Alex IV Energia SPE S.A, Alex V Energia SPE S.A, Alex VI Energia SPE S.A, Alex VII Energia SPE S.A, VIII Energia SPE S.A, Alex IX Energia SPE S.A, Alex X Energia SPE S.A.

1. **Contexto operacional**--Continuação

Em 29 de junho de 2021 foi publicada a Portaria nº 781 que definiu novos montantes de garantia física de energia das usinas fotovoltaicas, que alterou a GF de Alex I, Alex III, Alex IV, Alex V, Alex VI, Alex VII, Alex VIII, Alex IX, Alex X para 10,30 MWmed.

Em 29 de outubro de 2021, por meio do Despacho nº 3.473/2021, houve a liberação pela ANEEL para a Operação Comercial da UFV Alex I, Código Único de Empreendimentos de Geração – CEG UFV.RS.CE.035699-9.01, de titularidade da empresa Alex I Energia SPE S.A., para início da operação a partir do dia 30 de outubro de 2021.

Em 29 de outubro de 2021, por meio do Despacho nº 3.474/2021, houve a liberação pela ANEEL para a Operação Comercial da UFV Alex III, Código Único de Empreendimentos de Geração – CEG UFV.RS.CE.035883-5.01, de titularidade da empresa Alex I Energia SPE S.A., para início da operação a partir do dia 30 de outubro de 2021.

Em 29 de outubro de 2021, por meio do Despacho nº 3.475/2021, houve a liberação pela ANEEL para a Operação Comercial da UFV Alex IV, Código Único de Empreendimentos de Geração – CEG UFV.RS.CE.035884-3.01, de titularidade da empresa Alex IV Energia SPE S.A., para início da operação a partir do dia 30 de outubro de 2021.

Em 29 de outubro de 2021, por meio do Despacho nº 3.476/2021, houve a liberação pela ANEEL para a Operação Comercial da UFV Alex V, Código Único de Empreendimentos de Geração – CEG UFV.RS.CE.035859-2.01, de titularidade da empresa Alex V Energia SPE S.A., para início da operação a partir do dia 30 de outubro de 2021.

Em 29 de outubro de 2021, por meio do Despacho nº 3.477/2021, houve a liberação pela ANEEL para a Operação Comercial da UFV Alex VI, Código Único de Empreendimentos de Geração – CEG UFV.RS.CE.035860-6.01, de titularidade da empresa Alex VI Energia SPE S.A., para início da operação a partir do dia 30 de outubro de 2021.

Em 29 de outubro de 2021, por meio do Despacho nº 3.478/2021, houve a liberação pela ANEEL para a Operação Comercial da UFV Alex VII, Código Único de Empreendimentos de Geração – CEG UFV.RS.CE.035861-4.01, de titularidade da empresa Alex VII Energia SPE S.A., para início da operação a partir do dia 30 de outubro de 2021.

Em 29 de outubro de 2021, por meio do Despacho nº 3.479/2021, houve a liberação pela ANEEL para a Operação Comercial da UFV Alex VIII, Código Único de Empreendimentos de Geração – CEG UFV.RS.CE.035862-2.01, de titularidade da empresa Alex VIII Energia SPE S.A., para início da operação a partir do dia 30 de outubro de 2021.

Em 29 de outubro de 2021, por meio do Despacho nº 3.480/2021, houve a liberação pela ANEEL para a Operação Comercial da UFV Alex IX, Código Único de Empreendimentos de Geração – CEG UFV.RS.CE.035863-0.01, de titularidade da empresa Alex IX Energia SPE S.A., para início da operação a partir do dia 30 de outubro de 2021.

1. **Contexto operacional**--Continuação

Em 29 de outubro de 2021, por meio do Despacho nº 3.481/2021, houve a liberação pela ANEEL para a Operação Comercial da UFV Alex X, Código Único de Empreendimentos de Geração – CEG UFV.RS.CE.035864-9.01, de titularidade da empresa Alex X Energia SPE S.A., para início da operação a partir do dia 30 de outubro de 2021.

Em 22 de agosto de 2013, foi publicada a Portaria nº 70/2013, que altera a potência instalada da EOL Faísa I de 25.200 kW para 29.400 kW.

Em 28 de março de 2014, foi publicado o Despacho nº 795/2014, que libera a EOL Faísa I para Operação Comercial, a partir de 29 de março de 2014.

Pelo referido contrato, a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a contar a partir de 1º de julho de 2012, ao preço de R$152,66/MWh, atualizado anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA.

O Contrato de Energia de Reserva - CER foi aditado 21 de janeiro de 2014, mudando a capacidade instalada para 29,4 MW.

Em 22 de agosto de 2013, foi publicada a Portaria nº 71/2013, que altera a potência instalada da EOL Faísa II de 25.200 kW para 27.300 kW.

Em 30 de julho de 2014, foi publicado o Despacho nº 2.919/2014, que libera a EOL Faísa II para Operação Comercial, a partir de 31 de julho de 2014.

Em 06 de agosto de 2010, por meio da Portaria n° 701/2010 do Ministério de Minas e Energia, a Companhia obteve autorização para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica mediante a implantação e exploração da Eólica Faísa III – Geração e Comercialização de Energia Ltda, com 25.200 kW de capacidade instalada, localizada no Município de Trairi, no Estado do Ceará.

Em 03 de setembro de 2013, foi publicada a Portaria nº 84/2013, que altera as características técnicas da EOL Faísa III.

Em 28 de março de 2014, foi publicado o Despacho nº 795/2014, que libera a EOL Faísa III para Operação Comercial, a partir de 29 de março de 2014.

Em 03 de setembro de 2013, foi publicada a Portaria nº 84/2013, que altera as características técnicas da EOL Faísa IV.

Em 28 de março de 2014, foi publicado o Despacho nº 795/2014, que libera a EOL Faísa IV para Operação Comercial, a partir de 29 de março de 2014.

Em 27 de agosto de 2013, foi publicada a Portaria nº 80/2013, que altera a potência instalada da EOL Faísa V de 27.300 kW para 29.400 kW.

1. Contexto operacional--Continuação

Em 29 de outubro de 2014 e 11 de dezembro de 2014, foram publicados os Despachos nº 4.779/2014 e 4.259/2014, que liberam a EOL Faísa V para Operação Comercial, a partir de 30 de outubro de 2014 (UG1 a UG13) e 12 de dezembro de 2014 (UG14).

As controladas da Companhia possuem contrato de venda de energia (PPA - Power Purchase Agreement) de acordo com as seguintes principais características:

	Datas dos contratos	
Cliente	**Início**	**Vencimento**
Parte relacionada	01/10/2021	31/12/2024
Distribuidoras de energia	01/01/2023	31/12/2041
Contrato de energia reserva	01/10/2031	31/10/2045

Anualmente ou na menor periodicidade permitida em lei ou regulamento, os preços da energia contratada dos contratos de venda de energia listados acima são reajustados pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M ou pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgados pela Fundação Getúlio Vargas - FGV e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

1.1 Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui Capital Circulante Líquido (“CCL”) positivo na controladora de R$19.998 (R$42.428 positivo em 31 de dezembro de 2023), e consolidado positivo de R$180.521 (R$165.056 positivo em 31 de dezembro de 2023).

Em 2024, a Companhia apresentou prejuízo do exercício de R$68.861 (R$8.966 de prejuízo em 2023) na controladora, e prejuízo do exercício em 2024 de R$69.178 (R$9.122 de prejuízo em 2023) no consolidado, e apresentou fluxo de caixa líquido consolidado positivo gerado pelas atividades operacionais no montante de R$65.316 (R$94.643 positivo em 2023).

A Administração da Companhia entende que o acionista continuará provendo recursos necessários para a manutenção das atividades sempre que forem demandados para realização dos planos de negócios para cumprir com os compromissos assumidos de curto prazo. Nesse contexto, a Administração avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos e geração de caixa operacional suficientes para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

2.1 Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras individuais, identificadas como “Controladora”, e as demonstrações financeiras consolidadas, identificadas como “Consolidado”, foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Companhias por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia e suas controladas não possuem outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como capacidade de produção de energia instalada, dados contratuais, projeções, seguros e meio ambiente não foram auditados.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Diretoria em 15 de abril de 2025.

2.2 Declaração de relevância

A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 07 (R1), com a finalidade de divulgar principalmente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma e evidencia que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão do negócio.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando o real (R$), moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua, sendo a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações financeiras foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas-- Continuação

2.4 Base de consolidação das demonstrações financeiras

a) Controladas

As controladas são consolidadas integralmente, a partir da data em que o controle Controladas são todas as companhias (incluindo as companhias de propósito específico) nas quais a Companhia (inclui controladora e suas controladas) tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos dos direitos a voto (capital votante). As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre entidades da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda impairment do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Ganhos ou perdas resultantes de alterações na participação societária em controladas, que não resultem em perda de controle, são contabilizados diretamente no patrimônio líquido. Os prejuízos são atribuídos às participações de acionistas não controladores, mesmo que isso resulte em saldo devedor.

Os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, são eliminados os investimentos nas controladas contra seus respectivos patrimônios líquidos, lucros ou prejuízos não realizados entre empresas, quando aplicáveis, resultados de equivalência patrimonial e provisões para cobertura de passivos a descoberto de controladas, receitas e despesas realizadas entre empresas, saldos entre as empresas nos ativos e passivos circulantes e não circulantes, bem como é destacado o valor da participação dos acionistas minoritários nos resultados e nos patrimônios líquidos das controladas.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, por participação direta no capital social, como segue:

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

2.4 Base de consolidação das demonstrações financeiras--Continuação

	Percentual de participação	
Controlada direta	**2024**	**2023**
Alex I Energia SPE S.A.	**99%**	99%
Alex III Energia SPE S.A.	**99%**	99%
Alex IV Energia SPE S.A.	**99%**	99%
Alex V Energia SPE S.A.	**99%**	99%
Alex VI Energia SPE S.A.	**99%**	99%
Alex VII Energia SPE S.A.	**99%**	99%
Alex VIII Energia SPE S.A.	**99%**	99%
Alex IX Energia SPE S.A.	**99%**	99%
Alex X Energia SPE S.A.	**99%**	99%
Eólica Faísa S.A	**100%**	100%

	Percentual de participação	
Controlada indireta	**2024**	**2023**
Eólica Faísa I S.A.	**100%**	100%
Eólica Faísa II S.A.	**100%**	100%
Eólica Faísa III S.A.	**100%**	100%
Eólica Faísa IV S.A.	**100%**	100%
Eólica Faísa V S.A.	**100%**	100%

2.5 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas.
Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos na elaboração destas demonstrações financeiras estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Vida útil dos bens do imobilizado (nota 8);
- Determinação da taxa incremental dos arrendamentos (nota 9)
- Testes de recuperabilidade de ativos (teste de *impairment*) (nota 3.6);
- Provisão para desmobilização de ativos (nota 13); e
- Provisão para provisão de demandas judiciais (nota 12).

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas-- Continuação

2.6 Aquisição por combinação de negócio da Eólica Faísa

A Companhia Alex Holding, controlada da Companhia Lethe Energia, adquiriu 100% de participação da empresa Eólica Faísa, proprietária do Parque Eólico Faísa, composto pelas seguintes SPE's: Eólica Faísa I; Eólica Faísa II; Eólica Faísa III; Eólica Faísa IV e Eólica Faísa V em 03 de março de 2023 com uma contraprestação a ser transferida de R$522.033, calculada conforme abaixo:

i) R$471.383 pagos ao vendedor na data da compra;

ii) R$24.750 valor retido do preço de compra depositado em conta corrente da compradora ("Conta de Retenção") para eventuais perdas a serem pagos por parte da indenizadora e valores reclamados por terceiros. O valor não sendo reclamado deverá ser pago a parte vendedora até o final do exercício de 2028 (nota 20), acrescido da variação do IPCA;

iii) Após a data do fechamento da combinação de negócio em 03 de março de 2023 houve um ajuste ao preço de aquisição no valor de R$25.900, referente a uma decisão arbitral favorável a Faísa V, cujo montante total dessa compensação por perdas é de direito do vendedor da Companhia (nota 10) e foi paga pela controlada da Companhia ao vendedor durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024;

iv) As entidades adquiridas denominadas Complexo Faísa são sediadas em Trairi, CE, com atuação nacional, especializada em geração de energia elétrica de origem eólica.

A aquisição das Faísas está alinhada à estratégia da Companhia e do Grupo econômico da qual faz parte, em assumir um papel importante na transição energética do Brasil e contribuir para a expansão de uma matriz energética que vai suportar o desenvolvimento de uma economia mais limpa para o país, a possibilidade de ampliar e fortalecer seu portfólio de soluções de geração de energia em fontes renováveis, podendo explorar novos negócios em um mercado que a empresa já atua.

Na data de aquisição, o valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos das entidades geradoras de caixa eólica "Faísas" foram mensurados pelo adquirente e são apresentados a seguir:

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

2.6 Aquisição por combinação de negócio da Eólica Faísa--Continuação

Eólica Faísa	Valor justo dos ativos e passivos na data de aquisição
Ativo Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	50.595
Contas a receber	27.251
Estoques	12.057
Impostos a recuperar	3.880
Outras contas a receber	4.053
Depósitos restituíveis e valores vinculados	98.484
Imobilizado	684.875
Contas a pagar	(9.336)
Empréstimos e financiamentos	(255.077)
Impostos e contribuições a recolher	(4.612)
Salários e encargos sociais	(953)
Outras contas a pagar	(89.185)
Ativos líquidos da adquirida mensurados a valor justo	**522.033**
Ágio expectativa de rentabilidade futura / (ganho por compra vantajosa)	**-**
Total contraprestação transferida na obtenção do controle	**522.033**

Abaixo está apresentado a relação dos ajustes a valor justo registrados no balanço consolidado da 2023 na data de aquisição do controle da Companhia, bem como o detalhamento da metodologia de mensuração a valor justo.

Mais valia alocada no imobilizado (i)	369.222
Total	**369.222**

(i) *A Mais-Valia alocada no Imobilizado (Nota 8) foi mensurado através da metodologia de fluxo de caixa descontado considerando a expectativa de geração de caixa futuro obtidas através de projeções de informações econômico-financeiras trazido a valor presente a uma taxa de desconto de 11,30% e será amortizada pela mesma vida útil remanescente do ativo de geração de energia de cada entidade adquirida.*

A contribuição das entidades adquiridas considerando as receitas líquidas e lucro do exercício para o período de 01 de janeiro até 31 de dezembro de 2023 seriam de R$88.405 e R$62.331, respetivamente.

3. Políticas contábeis materiais

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

3.2 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma companhia e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra companhia.

i) Ativos financeiros

a) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber, para o saldo de clientes, que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

3. **Políticas contábeis materiais**--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros--Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

a) *Reconhecimento inicial e mensuração*--Continuação

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, cauções e depósitos vinculados (caixa restrito), contas de ressarcimento de energia a receber, partes relacionadas, entre outros.

b) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

c) *Classificação e mensuração*

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia possui apenas ativos financeiros, para fins de mensuração subsequente, classificados como ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado.

3. **Políticas contábeis materiais**--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros--Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

c) *Classificação e mensuração*--Continuação

Custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber, despesas antecipadas, estoques e empréstimos a receber.

Valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

d) *Desreconhecimento*

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou

A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

e) *Valor justo e redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)*

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.
Não foram identificadas evidências de *impairment.*

3. **Políticas contábeis materiais**--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros--Continuação

ii) Passivos financeiros

a) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar, dividendos a pagar e arrendamento.

b) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

A Companhia deve classificar todos os passivos financeiros como mensurados subsequentemente ao custo amortizado a menos que os passivos financeiros atendam às exceções previstas no CPC 48 - Instrumentos Financeiros, tais como: instrumentos financeiros derivativos; derivativos embutidos; contratos de garantia financeira; compromissos de conceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado; contraprestação contingente reconhecida em combinação; e demais opções previstas nesse pronunciamento.

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros--Continuação

ii) Passivos financeiros--Continuação

b) *Mensuração subsequente*--Continuação

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, todos os passivos financeiros da Companhia estão, para fins de mensuração subsequente, classificados como ao custo amortizado.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

c) *Desreconhecimento*

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros--Continuação

iii) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte.

iv) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

A Companhia não tem contrato ou operou com instrumentos derivativos, assim como não efetuou transações com esses instrumentos durante o exercício de 2024 e de 2023. Também, não adota a contabilidade de *hedge (hedge accounting).*

3.3 Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos.

3.4 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor.
Referem-se a peças sobressalentes para reposição necessárias para a operação e manutenção da usina e são convertidos para custo no momento de sua utilização. Estão registrados pelo custo de aquisição e classificados no ativo circulante. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou valores de realização.

3.5 Imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos recuperáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada. Adicionalmente, com base na opção exercida pela Companhia na adoção inicial dos novos pronunciamentos, foram avaliados a valor justo os custos da classe de imobilizado, com base na adoção do custo atribuído aos ativos dessa classe.

As vidas úteis e os critérios de depreciação dos ativos da Companhia são demonstradas na nota 8.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados quando resultam em aumento da capacidade ou da vida útil econômica do ativo, enquanto os demais são registrados diretamente no resultado.

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.5 Imobilizado--Continuação

Obras em andamento estão relacionadas a gastos com materiais, mão de obra direta e indireta na preparação e instalação do bem até que esteja disponível para uso, ou seja, quando está no local e condições necessárias para funcionar de forma pretendida pela diretoria. Nesse momento o valor do bem é transferido de Imobilizado em Curso para Imobilizado em Serviço, quando então a devida depreciação conforme a vida útil do bem é iniciada.

Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de uma ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos ao líquido, dentro de outras receitas/despesas operacionais. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

3.6 Testes de recuperabilidade de ativos (teste de *impairment*)

Os ativos não circulantes são revisados e submetidos anualmente ao teste de "*impairment*" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. A Administração avaliou e conclui que não há indicativos de *impairment*.

3.7 Provisões

As provisões são registradas quando: (a) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (b) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (c) o valor puder ser estimado com segurança.

A Companhia não possui obrigações de aposentadoria ou outras obrigações pós-emprego, ou ainda remunerações baseadas em ações.

(a) <u>Provisão para demandas judiciais</u>

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: i) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os valores envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos avaliados como perda remota não são provisionados nem divulgados; e ii) Obrigações legais são registradas como exigíveis independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, e de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos.

3. **Políticas contábeis materiais**--Continuação

3.7 **Provisões**--Continuação

(b) Provisão para desmobilização

A provisão para desmobilização/desmantelamento de ativos dos parques eólico e solar considera que a entidade assumiu obrigação de retirada de ativos ao final do prazo do contrato de arrendamento das terras onde está instalado. A provisão foi inicialmente mensurada ao valor justo e, posteriormente, é ajustada ao valor presente e por mudanças nos valores ou tempestividades dos fluxos caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

3.8 Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado o lucro tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Exceto para Companhia, cujo imposto de renda e a contribuição social são apurados com base no lucro real mediante a aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável, as demais controladas apuram seus impostos com base no lucro presumido, facultado pela legislação tributária às companhias cujo faturamento anual do exercício anterior tenha sido inferior a R$78.000 no ano calendário anterior. Os impostos são apurados mediante a aplicação das alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$240 para o imposto de renda e, 9% para a contribuição social incidentes sobre os percentuais de 8% para o imposto de renda e 12% para a contribuição social sobre a receita bruta auferida no período de apuração conforme determinado pela legislação tributária em vigor.

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.9 Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia como arrendatária

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso é idêntico ao valor dos passivos de arrendamentos reconhecidos. Contemplam no cálculo custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.9 Arrendamentos--Continuação

Passivos de arrendamento--Continuação

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.10 Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias.

3.11 Capital social

As ações ordinárias são classificadas como instrumentos financeiros de patrimônio, portanto são apresentadas no patrimônio líquido.

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.12 Apuração do resultado

a) Receitas de venda de energia elétrica

A receita operacional do curso normal das atividades das Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

É estabelecido pelo CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, o modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

O contrato da Companhia possui as seguintes características: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada prevista no contrato comas distribuidoras; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

b) Custos de serviços

Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita.

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.13 Normas e interpretações novas e revisadas

(a) Revisadas e vigentes:

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes	01.01.2024
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Apresentação das demonstrações financeiras - Passivo Não Circulante com *covenants*	01.01.2024
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Passivo de arrendamento em uma transação de "*Sale and Leaseback*"	01.01.2024
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	Acordos de financiamento de fornecedores	01.01.2024
CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação		01.01.2024
CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado	Alterações redacionais Inclusão de seções explicativas e origem da DVA Atualização das divulgações requeridas no grupo de perda e recuperação de valores ativos	01.01.2024

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(b) Revisadas e não vigentes:

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	Não definida
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	Ausência de conversibilidade/permutabilidade	01.01.2025
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (*allowances*) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	Garantir a consistência das demonstrações financeiras e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade	01.01.2025
CPC 48 e CPC 40 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Clarificações sobre reconhecimento, desreconhecimento e novas divulgações para instrumentos financeiros	01.01.2026
CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou *joint venture*	01.01.2026
IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras	Nova norma - estrutura do resultado, novas divulgações e princípios de agregação e desagregação	01.01.2027

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Caixa e depósitos bancários	**54**	-	**2.295**	9.474
Aplicações financeiras (*)	**29.987**	29.270	**210.531**	207.415
Total	**30.041**	29.270	**212.826**	216.889

(*) As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a operações compromissadas com títulos privados e a CDB renda fixa, remuneradas à taxa média de 100% da variação do CDI, em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, respectivamente.

As aplicações financeiras (equivalentes de caixa) estão compostas da seguinte forma:

			Controladora		Consolidado	
Instituição financeira	**Tipo**	**Remuneração**	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Banco Itaú S.A.	CDB/DI	CDI	**245**	631	**18.633**	3.084
Banco Bradesco	CDB/DI	CDI	**29.742**	-	**42.224**	36.564
Banco BNB	CDB/DI	CDI	-	-	**139.837**	150.686
Banco BTG Pactual S.A.	Fundo DI	CDI	**-**	28.639	**9.837**	17.081
			29.987	29.270	**210.531**	207.415

5. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Contas a receber – energia faturada	**-**	-	**6.540**	7.236
Provisão de venda de energia – não faturada	**-**	-	**20.442**	21.224
Venda de energia – MRE/CCEE (*)	**-**	-	**-**	1.403
Contas a receber – partes relacionadas (nota 22)	**4.079**	392	**5.409**	76
	4.079	392	**32.391**	29.939

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

5. Contas a receber--Continuação

A composição dos saldos por prazo de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Saldo a vencer	**4.079**	392	**31.565**	21.224
Saldo vencido até 30 dias	**-**	-	**826**	7.591
Saldo vencido de 31 a 60 dias	**-**	-	**-**	198
Saldo vencido de 31 a 90 dias	**-**	-	**-**	7
Saldo vencido de 91 a 180 dias	**-**	-	**-**	919
Total	**4.079**	392	**32.391**	29.939

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, nenhuma provisão de perda esperadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD) foi constituída, em decorrência da inexistência de perdas prováveis na realização do contas a receber, considerando as características do mercado em que atua, a expectativa da Administração.

6. Depósitos restituíveis (caixa restrito)

As aplicações financeiras classificadas como depósitos restituíveis (caixa restrito) a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:

			Consolidado	
Instituição financeira	**Tipo**	**Remuneração**	**2024**	**2023**
Banco do Nordeste do Brasil	CDB	CDI	**36.701**	33.967
			36.701	33.967

As controladas da Companhia possuem depósitos em fundos DI vinculados às obrigações de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB).

7. Investimento

	Participação sobre o capital total		Patrimônio líquido		Lucro do exercício		Valor dos investimentos		Equivalência patrimonial	
Controlada	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Alex I Energia SPE S.A.	99,02%	99,02%	**77.080**	74.062	**3.538**	(2.675)	**76.328**	73.340	**(3.509)**	(2.649)
Alex III Energia SPE S.A.	99,00%	99,00%	**58.915**	63.871	**3.601**	(1.780)	**58.324**	63.230	**(3.565)**	(1.762)
Alex IV Energia SPE S.A.	99,03%	99,03%	**59.609**	65.108	**3.760**	(1.761)	**59.029**	64.474	**(3.723)**	(1.744)
Alex V Energia SPE S.A.	99,03%	99,03%	**56.516**	60.472	**3.955**	(2.006)	**55.966**	59.883	**(3.917)**	(1.986)
Alex VI Energia SPE S.A.	99,03%	99,03%	**55.022**	58.740	**3.717**	(1.646)	**54.487**	58.168	**(3.681)**	(1.630)
Alex VII Energia SPE S.A.	99,03%	99,03%	**56.831**	60.664	**3.834**	(1.738)	**56.278**	60.074	**(3.796)**	(1.721)
Alex VIII Energia SPE S.A.	99,03%	99,03%	**54.294**	57.841	**3.546**	(1.397)	**53.767**	57.279	**(3.512)**	(1.383)
Alex IX Energia SPE S.A.	99,03%	99,03%	**57.205**	60.985	**3.781**	(1.760)	**56.648**	60.392	**(3.744)**	(1.742)
Alex X Energia SPE S.A.	99,02%	99,02%	**59.782**	64.901	**3.123**	(1.261)	**59.197**	64.266	**(3.093)**	(1.249)
Faísa Holding (*)	100,00%	100,00%	**215.201**	193.504	**(37.839)**	62.331	**215.201**	193.504	**37.839**	74.065
Mais-Valia			**-**	-	**-**	-	**344.720**	356.560	**-**	-
Total			**750.455**	760.148	**(4.984)**	46.307	**1.089.945**	1.111.170	**5.299**	58.199

Na controladora, a movimentação do investimento está demonstrada a seguir:

Controlada	**Saldo em 2023**	**Equivalência patrimonial** (*)	**Amortização de Mais-Valia registrada**	**Aumento de capital**	**Dividendos declarados**	**Saldo em 2024**
Alex I Energia SPE S.A.	73.340	**(3.509)**	**-**	**6.497**	**-**	**76.328**
Alex III Energia SPE S.A.	63.230	**(3.565)**	**-**	**-**	**(1.341)**	**58.324**
Alex IV Energia SPE S.A.	64.474	**(3.723)**	**-**	**-**	**(1.722)**	**59.029**
Alex V Energia SPE S.A.	59.883	**(3.917)**	**-**	**-**	**-**	**55.966**
Alex VI Energia SPE S.A.	58.168	**(3.681)**	**-**	**-**	**-**	**54.487**
Alex VII Energia SPE S.A.	60.074	**(3.796)**	**-**	**-**	**-**	**56.278**
Alex VIII Energia SPE S.A.	57.279	**(3.512)**	**-**	**-**	**-**	**53.767**
Alex IX Energia SPE S.A.	60.392	**(3.744)**	**-**	**-**	**-**	**56.648**
Alex X Energia SPE S.A.	64.266	**(3.093)**	**-**	**-**	**(1.976)**	**59.197**
Faísa Holding	193.504	**37.839**	**-**	**-**	**(16.142)**	**215.201**
Mais-Valia *	356.560	**-**	**(11.840)**	**-**	**-**	**344.720**
Total	1.111.170	**5.299**	**(11.840)**	**6.497**	**(21.181)**	**1.089.945**

(*) O resultado de equivalência patrimonial na demonstração do resultado da Controladora de R$6.543 em 31 de dezembro de 2024 é composto pelo resultado de suas subsidiárias, e somado a amortização da Mais-Valia alocado na aquisição do parque Eólico Faísa.

7. **Investimento**--Continuação

Controlada	**Saldo em 2022**	**Equivalência patrimonial**	**Total do preço na aquisição do controle** (Nota 2.6)	**Amortização de Mais-Valia registrada**	**Aumento de capital**	**Dividendos declarados**	**Saldo em 2023**
Alex I Energia SPE S.A.	77.209	(2.649)	-	-	2.673	(3.893)	73.340
Alex III Energia SPE S.A.	65.734	(1.762)	-	-	-	(742)	63.230
Alex IV Energia SPE S.A.	67.005	(1.744)	-	-	-	(787)	64.474
Alex V Energia SPE S.A.	68.695	(1.986)	-	-	-	(6.826)	59.883
Alex VI Energia SPE S.A.	66.852	(1.630)	-	-	-	(7.054)	58.168
Alex VII Energia SPE S.A.	69.035	(1.721)	-	-	-	(7.240)	60.074
Alex VIII Energia SPE S.A.	65.694	(1.383)	-	-	-	(7.032)	57.279
Alex IX Energia SPE S.A.	69.125	(1.742)	-	-	-	(6.991)	60.392
Alex X Energia SPE S.A.	66.705	(1.249)	-	-	-	(1.190)	64.266
Faísa Holding	-	74.065	152.811	-	-	(33.372)	193.504
Mais-Valia	-	-	369.222	(12.662)	-	-	356.560
Total	616.054	58.199 (**)	522.033	(12.662) (**)	2.673	(75.127)	1.111.170

(**) Equivalência patrimonial de R$58.199 em 31 de dezembro de 2023 e Mais-Valia de R$12.662, com valor net de R$45.537.

7. **Investimento**--Continuação

As principais informações sobre as controladas estão demonstradas a seguir:

	2024				2023			
	Total do ativo	**Total do passivo**	**Patrimônio líquido**	**Lucro do exercício**	**Total do ativo**	**Total do passivo**	**Patrimônio líquido**	**Lucro do exercício**
Alex I Energia SPE S.A.	**140.426**	**63.346**	**77.080**	**(3.538)**	133.652	59.590	74.062	(2.675)
Alex III Energia SPE S.A.	**113.814**	**54.899**	**58.915**	**(3.601)**	118.050	54.179	63.871	(1.780)
Alex IV Energia SPE S.A.	**114.682**	**55.073**	**59.609**	**(3.760)**	119.472	54.364	65.108	(1.761)
Alex V Energia SPE S.A.	**115.792**	**59.276**	**56.516**	**(3.955)**	120.797	60.325	60.472	(2.006)
Alex VI Energia SPE S.A.	**114.293**	**59.271**	**55.022**	**(3.717)**	118.862	60.122	58.740	(1.646)
Alex VII Energia SPE S.A.	**116.075**	**59.244**	**56.831**	**(3.834)**	121.419	60.755	60.664	(1.738)
Alex VIII Energia SPE S.A.	**113.071**	**58.777**	**54.294**	**(3.546)**	118.125	60.284	57.841	(1.397)
Alex IX Energia SPE S.A.	**115.768**	**58.573**	**57.195**	**(3.781)**	121.424	60.439	60.985	(1.760)
Alex X Energia SPE S.A.	**114.705**	**54.922**	**59.783**	**(3.123)**	119.187	54.286	64.901	(1.261)
Eólica Faísa S.A.	**234.447**	**19.246**	**215.201**	**37.839**	208.464	14.960	193.504	62.331
				(4.984)				46.307

8. Imobilizado

	Controladora	
	Em curso	
	Bens em andamento	Total
31 de dezembro de 2022	1	1
Adições	479	479
31 de dezembro de 2023	480	480
Adições	**24**	**24**
31 de dezembro de 2024	**504**	**504**
31 de dezembro de 2022	-	-
Adições de depreciação	-	-
31 de dezembro de 2023	-	-
Adições de depreciação	**-**	**-**
31 de dezembro de 2024	**-**	**-**
Total em:		
31 de dezembro de 2023	480	480
31 de dezembro de 2024	**504**	**504**

8. Imobilizado--Continuação

	Consolidado								
	Custo atribuído						Em curso		
	Terreno	Máquinas e equipamentos	Edificações, Obras civis	Provisão para des-Mobilização	Transmissão	Estoque de Ativo fixo	Bens em andamento	Mais-Valia	Total
31 de dezembro de 2022	-	1.084.754	24.899	15.768	-	2.289	3.515	-	1.131.225
Adição por aquisição	52	482.863	27	7.623	11.805	-	-	369.222	871.592
Adições	-	-	-	-	-	5.699	9.534	-	15.233
Baixas	-	-	-	(6.598)	-	-	-	-	(6.598)
Transferências	-	3.894	(1.919)	-	-	-	(1.975)	-	-
31 de dezembro de 2023	52	1.571.511	23.007	16.793	11.805	7.988	11.074	369.222	2.011.452
Adições	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**12.240**	**5.856**	**-**	**18.096**
Baixas	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(623)**	**(158)**	**-**	**(781)**
Transferências	**-**	**1.012**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(1.012)**	**-**	**-**
31 de dezembro de 2024	**52**	**1.572.523**	**23.007**	**16.793**	**11.805**	**19.605**	**15.760**	**369.222**	**2.028.767**
31 de dezembro de 2022	-	(61.255)	(1.123)	(657)	-	-	-	-	(63.035)
Adição por aquisição	(9)	(181.223)	-	(2.130)	(3.351)	-	-	-	(186.713)
Baixa	-	-	-	1.836	-	-	-	-	1.836
Transferência	-	(102)	102	-	-	-	-	-	-
Adições de depreciação	(2)	(57.487)	(767)	(517)	(319)	-	-	(12.662)	(71.754)
31 de dezembro de 2023	(11)	(300.067)	(1.788)	(1.468)	(3.670)	-	-	(12.662)	(319.666)
Adição de depreciação	**(2)**	**(59.887)**	**(844)**	**(522)**	**(566)**	**-**	**-**	**(11.842)**	**(73.664)**
Baixa	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Transferência	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
31 de dezembro de 2024	**(13)**	**(359.954)**	**(2.632)**	**(1.990)**	**(4.236)**	**-**	**-**	**(24.504)**	**(393.330)**
Total em:									
31 de dezembro de 2023	41	1.271.444	21.219	15.325	8.135	7.988	11.074	356.560	1.691.786
31 de dezembro de 2024	**39**	**1.212.569**	**20.375**	**14.803**	**7.569**	**19.605**	**15.760**	**344.718**	**1.635.437**

8. **Imobilizado**--Continuação

a) Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia efetuou a revisão das taxas de depreciação de seu ativo imobilizado ao final dos exercícios de 2024 e 2023 e com base na Lei 13.360/2016, que dispõe das normas e regras sobre a renovação das outorgas de geração de energia elétrica por mais 30 anos a contar da data final da outorga atual; e da Nota Técnica ANEEL 062/2018, que dispõe da metodologia de cálculo para apuração sobre o custo desta renovação e finalizou suas análises e estudos internos sobre a viabilidade de renovação de seus empreendimento que são passivos a essa renovação e concluiu que tem interesse em efetuar a continuidade de operação das atividades por mais 30 anos.

Mediante a este cenário a usina passou a ter seus registros de depreciação com base na vida útil dos ativos estabelecido pela ANEEL, limitadas ao prazo da outorga, sendo este agora considerando o prazo da outorga (autorização de operação) atual adicionando-se o tempo de mais 30 anos conforme prevê a referida lei.

A Companhia para seu ativo imobilizado adotada como referência as informações do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico, sendo as taxas que representam e correspondem de forma razoável e adequada a taxa de vida útil dos ativos imobilizados, em consonância com a norma CPC 27. Administração acredita que em suas demonstrações financeiras está refletida adequadamente a depreciação, sendo que esta reflete a vida útil dos seus ativos imobilizados em consonância com os pronunciamentos contábeis vigentes (CPC 27 e normas aplicáveis ao setor elétrico).

	Vida útil
Edificações, obras civis e benfeitorias	25 a 50 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	10 a 40 anos

b) Teste de redução ao valor recuperável de ativos ((*impairment)*

De acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução do CFC n° 1292/10, de 20 de agosto de 2010, os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores de recuperação devem ser revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A Administração não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como evidências de que seus ativos corpóreos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro, e concluiu que, em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, seus ativos, considerando as unidades geradoras de caixa, são recuperáveis.

9. Ativo de direito de uso e Arrendamento

A composição e movimentação do Ativo de direito de uso é como segue:

	Consolidado
	Equipamentos
Custo	
31 de dezembro de 2022	458
Adições	8
31 de dezembro de 2023	466
Adições	**1.024**
31 de dezembro de 2024	**1.490**
Depreciação	
31 de dezembro de 2022	(178)
Adições de depreciação	(156)
31 de dezembro de 2023	(334)
Adições de depreciação	**(285)**
31 de dezembro de 2024	**(619)**
Total em 31 de dezembro de 2023	132
Total em 31 de dezembro de 2024	**871**

Os arrendamentos são depreciados durante o prazo de vigência do contrato de locação, delimitados a outorga.

Em 31 de dezembro de 2024, os passivos de arrendamento são como segue:

	Consolidado	
	2024	**2023**
Valor nominal dos pagamentos futuros	**1.183**	178
Ajuste a valor presente	**(284)**	(6)
	899	172
Passivo circulante	**319**	172
Passivo não circulante	**580**	-

9. Ativo de direito de uso e Arrendamento--Continuação

A movimentação do passivo de arrendamento está demonstrada como segue:

	Consolidado	
	2024	**2023**
Saldo inicial	172	349
Adições	**1.024**	8
Baixas	**-**	-
Pagamento	**(346)**	(209)
Juros sobre arrendamento	**49**	24
Saldo final	**899**	172

Os passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa de 8,53%. As premissas utilizadas pela Companhia para estimar a taxa incremental tomaram como base o custo médio de captação da dívida.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo não circulante possui o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	**Consolidado**
2026	319
2027	261
	580

10. Contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Compra de energia - MRE/CCEE (*)	**-**	-	**141.013**	97.130
Fornecedores	**-**	26.322	**7.889**	8.749
Contas a pagar aquisição negócios (nota 2.6)	**-**	-	**-**	25.900
Contas a pagar - partes relacionadas (nota 22)	**29.700**	134	**20.133**	2.590
	29.700	26.456	**169.035**	134.369
Passivo circulante	**29.700**	26.456	**28.022**	43.663
Passivo não circulante (*)	**-**	-	**141.013**	90.706

(*) As contas a pagar de longo prazo refere-se a contas a pagar de compra de energia de MRE/CCEE assumidos pela Companhia durante a aquisição da sua controlada Eólica Faísa.

Os contratos de comercialização de energia, celebrados entre a empresa e a e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), estabelecem que sejam apuradas, em cada ano contratual que pode ser diferente do ano civil, as diferenças entre a energia gerada e das usinas e a energia contratada.

O ressarcimento por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância – 10%) de geração, será pago em 12 parcelas mensais uniforme ao longo do ano contratual seguinte, valorado em 115% do preço de venda vigente, quando a geração de for abaixo de 90% do esperado, as empresas deverão ressarcir a CCEE no ano seguinte.

11. Empréstimos, financiamentos e debêntures

			Controladora			
			2024		2023	
Credor	**Modalidade**	**Encargos**	**Circulante**	**Não circulante**	**Circulante**	**Não circulante**
Bradesco	IPCA + 5,85%	Debentures	**3.160**	**492.253**	1.701	471.027
Total			**3.160**	**492.253**	1.701	471.027

			Consolidado			
			2024		2023	
Credor	**Encargos**	**Entidade**	**Circulante**	**Não circulante**	**Circulante**	**Não circulante**
Em moeda nacional						
Bradesco	IPCA + 5,71%	Alex	**3.161**	**492.253**	1.701	471.027
BNB	TLP + 1,82% a.a.	Alex I	**2.479**	**42.867**	2.101	45.226
BNB	TLP + 1,82% a.a.	Alex III	**2.479**	**42.867**	2.102	45.225
BNB	TLP + 1,82% a.a.	Alex IV	**2.479**	**42.867**	2.102	45.225
BNB	TLP + 1,82% a.a.	Alex V	**2.479**	**42.867**	2.102	45.225
BNB	TLP + 1,82% a.a.	Alex VI	**2.479**	**42.867**	2.102	45.225
BNB	TLP + 1,82% a.a.	Alex VII	**2.479**	**42.867**	2.102	45.225
BNB	TLP + 1,82% a.a.	Alex VIII	**2.479**	**42.867**	2.102	45.225
BNB	TLP + 1,82% a.a.	Alex IX	**2.479**	**42.867**	2.102	45.225
BNB	TLP + 1,82% a.a.	Alex X	**2.479**	**42.867**	2.102	45.225
BNDES	TLP + 1,66% a 1,88% a.a	Faísa I	**1.359**	**5.485**	1.360	6.770
BNDES	TLP + 1,66% a 1,88% a.a	Faísa II	**1.255**	**5.063**	1.255	6.250
BNDES	TLP + 1,66% a 1,88% a.a	Faísa III	**1.181**	**4.766**	1.182	7.040
BNDES	TLP + 1,66% a 1,88% a.a	Faísa IV	**1.259**	**5.081**	1.260	7.506
BNDES	TLP + 1,66% a 1,88% a.a	Faísa V	**1.304**	**5.262**	1.305	7.774
BNB	2,5% a.a	Faísa I	**3.647**	**36.004**	3.406	39.572
BNB	2,5% a.a	Faísa II	**3.925**	**30.280**	3.524	34.121
BNB	2,5% a.a	Faísa III	**3.282**	**30.006**	3.053	32.049
BNB	2,5% a.a	Faísa IV	**3.276**	**29.813**	3.056	31.773
BNB	2,5% a.a	Faísa V	**3.804**	**36.076**	3.521	38.499
Total			**49.764**	**1.065.892**	43.540	1.089.407

11. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Saldo inicial	**472.728**	451.972	**1.132.947**	894.046
Adição por aquisição (*)	**-**	-	**-**	255.077
Juros provisionados (nota 19)	**54.241**	47.023	**88.101**	82.301
Amortização – principal	**(655)**	(330)	**(43.273)**	(37.305)
Juros pagos	**(30.901)**	(26.282)	**(62.119)**	(61.517)
	495.413	472.383	**1.115.656**	1.132.602
Despesa de contratação	**-**	345	**-**	345
Saldo final	**495.413**	472.728	**1.115.656**	1.132.947

(*) Na data do fechamento a adquirida Eólica Faísa, possuía um saldo de empréstimos e financiamentos no valor de 255.077 (Nota 2.6).

Em 15 de dezembro de 2022, a Alex Energia Participações S.A. efetuou sua primeira emissão de debêntures, com o propósito de destinar os recursos captados para o financiamento e/ou reembolso de gastos e despesas e/ou a amortização de financiamentos de curto prazo relacionados à implementação do Projeto Alex. As debêntures são compostas por 450 mil debêntures públicas não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R$1 mil reais, no valor de R$450 milhões de reais. Essas debêntures são remuneradas a 100% do IPCA acrescido da taxa de 5.71% a.a., amortizado em parcelas semestrais, em junho e dezembro.

As debêntures estão garantidas por meio de carta de fiança bancária. Dentre as obrigações previstas na Escritura de Emissão, as debêntures exigem manutenção do saldo da dívida líquida versus o EBITDA de no mínimo 1,05 vezes. Além disso, outras obrigações restritivas e cláusulas de vencimento antecipado são constantemente monitoradas, os quais foram devidamente atendidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

O financiamento obtido junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“BNB") nas controladas diretas Alex I; Alex III; Alex IV; Alex V; Alex VI; Alex VII; Alex VIII; Alex IX e Alex X, possui custo de IPCA + 1,8282% a.a, têm pagamentos mensais das parcelas de principal e juros, com vencimento previsto da última parcela para julho de 2041. Não há *covenants* financeiros previstos nesse financiamento.

O financiamento obtido junto ao Banco do Nordeste do Brasil S/A (“BNB”) nas controladas indiretas Faísa I; Faísa II; Faísa III; Faísa IV e Faísa V, possui custo pré-fixado de 2,5% a.a., com vencimento da última parcela prevista para 28 de maio de 2032. Os pagamentos das parcelas dos financiamentos correspondentes as prestações de principal e dos juros são realizados semestralmente, em maio e novembro.

11. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

O financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") nas controladas indiretas Faísa I; Faísa II; Faísa III; Faísa IV e Faísa V, possui custo de TJLP + 1,66% a 1,88% a.a, com vencimento da última parcela prevista para 15 de janeiro de 2030. Os pagamentos das parcelas dos financiamentos correspondentes as prestações de principal e dos juros são realizados mensalmente.

Os financiamentos possuem garantias compartilhadas entre as empresas do Complexo Faísa e preveem cumprimento de cláusulas restritivas (*covenants*) financeiros e não financeiros, sob pena de antecipação de vencimento da dívida.

Dentre as obrigações, os financiamentos exigem a manutenção dos saldos correspondentes: ao (i) serviço da dívida do BNDES, de no mínimo 3 (três) vezes o valor da prestação; a (ii) prestação trimestral da parcela de O&M; (iii) ao serviço da dívida do BNDES, equivalente a última prestação semestral, bem como ao atingimento do Índice de Cobertura do Serviço de Dívida (ICSD) de, no mínimo, 1,3 vezes, apurado a cada encerramento do exercício, os quais foram devidamente atendidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

A apuração do Índice de Capitalização Própria (ICP) igual ou superior a 20% do investimento do Projeto, definido como a razão entre o Capital Social (subscrito e integralizado) e ao Ativo total, será mensurado somente na ocorrência do cumulativa da Conclusão Física e Financeira do Projeto.

As garantias prestadas pela Companhia são fiança bancária, contas reservas, penhor dos ativos e ações, cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações.

A parcela do não circulante, em 31 de dezembro de 2024 tem o seguinte vencimento:

	Consolidado
2026	**50.459**
2027	**53.712**
2028	**56.660**
A partir de 2028	**905.061**
	1.065.892

12. Provisão para demandas judiciais

Em 31 de dezembro de 2024, para a Controladora não existe ações judiciais de qualquer natureza, conhecidas pela Administração, com base no parecer de seus assessores jurídicos, classificadas como perda provável, que impliquem registro de provisões ou divulgação, bem como classificadas como perda possível, que impliquem em divulgação nas demonstrações financeiras.

Em relação às Controladas, em 31 de dezembro de 2024, não existem ações judiciais de qualquer natureza, conhecidas pela Administração, com base no parecer de seus assessores jurídicos, classificadas como perda provável, que impliquem registro de provisões ou divulgação.

Ainda em relação às Controladas diretas e indiretas, segue abaixo o resumo por natureza, dos processos em andamento com probabilidade de perda possível:

	2024	2023
Riscos cíveis	**100.000**	94.000
Riscos trabalhistas	**903**	-
Riscos administrativos regulatórios	**2.394**	-
Riscos ambientais	**55**	80
Total	**103.352**	94.080

Causas possíveis:

(a) Alex Energia Participações S.A.

Processos trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2024 existem dois processos trabalhistas, classificados como perda provável por seus assessores legais, no montante de R$903 (0 em 31 de dezembro de 2023), referente a duas reclamações trabalhistas.

(b) Eólica Faísa III - Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A.

Processos ambientais

Em 31 de dezembro de 2024 existe 1 processo administrativo ambiental, classificado como perda possível por seus assessores legais no montante de R$55 (R$80 em 31 de dezembro de 2023), referente a um auto de infração.

(c) Eólica Faísa S.A.; Eólica Faísa I - Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A; Eólica Faísa IV - Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A; Eólica Faísa V - Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A.

Em 31 de dezembro de 2024, não existem ações judiciais de qualquer natureza, conhecidas pela Administração, com base no parecer de seus assessores jurídicos, classificadas como perda provável, que impliquem registro de provisões ou divulgação, bem como classificadas como perda possível e montante mensurável, que impliquem em divulgação em nota explicativa.

12. Provisão para demandas judiciais--Continuação

Causas possíveis:--Continuação

(d) Alex I Energia SPE S.A

Processos cíveis

Em 31 de dezembro de 2024 existe um processo arbitral, classificado como perda possível por seus assessores legais no montante de R$100.000 (R$94.000 em 31 de dezembro de 2023).

Processos administrativos regulatórios

Em 31 de dezembro de 2024 existe um processo administrativo regulatório, classificado como perda possível por seus assessores legais no montante de R$266 (0 em 31 de dezembro de 2023).

(e) Alex IV Energia SPE S.A.

Processos administrativos regulatórios

Em 31 de dezembro de 2024 existe um processo administrativo regulatório, classificado como perda possível por seus assessores legais no montante de R$266 (0 em 31 de dezembro de 2023).

(f) Alex V Energia SPE S.A.

Processos administrativos regulatórios

Em 31 de dezembro de 2024 existe um processo administrativo regulatório, classificado como perda possível por seus assessores legais no montante de R$266 (0 em 31 de dezembro de 2023).

(g) Alex VI Energia SPE S.A.

Processos administrativos regulatórios

Em 31 de dezembro de 2024 existe um processo administrativo regulatório, classificado como perda possível por seus assessores legais no montante de R$266 (0 em 31 de dezembro de 2023).

12. Provisão para demandas judiciais--Continuação

Causas possíveis:--Continuação

(h) Alex VII Energia SPE S.A.

Processos administrativos regulatórios

Em 31 de dezembro de 2024 existe um processo administrativo regulatório, classificado como perda possível por seus assessores legais no montante de R$266 (0 em 31 de dezembro de 2023).

(i) Alex VIII Energia SPE S.A.

Processos administrativos regulatórios

Em 31 de dezembro de 2024 existe um processo administrativo regulatório, classificado como perda possível por seus assessores legais no montante de R$266 (0 em 31 de dezembro de 2023).

(j) Alex IX Energia SPE S.A.

Processos administrativos regulatórios

Em 31 de dezembro de 2024 existe um processo administrativo regulatório, classificado como perda possível por seus assessores legais no montante de R$266 (0 em 31 de dezembro de 2023).

(k) Alex X Energia SPE S.A.

Processos administrativos regulatórios

Em 31 de dezembro de 2024 existe um processo administrativo regulatório, classificado como perda possível por seus assessores legais no montante de R$266 (R$0 em 31 de dezembro de 2023).

13. Provisão para desmobilização

Considerando que o parque eólico e solar possui contratos de arrendamento do terreno e assumiu obrigações de retirada de ativos no final do prazo do contrato. A provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente com uma taxa de 9,90% para o parque eólico e 8,28% para o parque solar, mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

Os cálculos foram efetuados com base em estimativa do custo total de desmontagem dos parques solares e eólicos, conforme estudo do mercado de energia solar, levando em consideração a quantidade de MW total implantada no empreendimento, tendo como contrapartida o imobilizado.

	Consolidado	
	2024	**2023**
Saldo inicial	**21.060**	17.270
Adição por aquisição	**-**	3.587
Estorno de provisão pata desmobilização (*)	**-**	(1.442)
Atualização (*) (nota 19)	**1.560**	1.645
Saldo final	**22.620**	21.060

(*) Net totaliza R$203 em 31 de dezembro de 2023, conforme nota 19.

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2024 é de R$630.470 (R$630.000 em 31 de dezembro de 2023), dividido 2.532.158.756 (dois bilhões, quinhentos e trinta e dois milhões, cento e cinquenta e oito mil, setecentos e cinquenta e seis) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Deliberações do exercício de 2024:

- Em 31 de dezembro de 2024, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada nesta data, aumentaram o capital da Companhia em R$470, com a emissão de 470.000 (quatrocentos e setenta mil,) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, subscrito e integralizado em bens e direitos relacionados a Alex Energia Participações S.A., de titularidade da acionista Lethe Energia S.A.

Deliberações do exercício de 2023:

- Em 13 de junho de 2023, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada nesta data, aumentaram o capital da Companhia em R$16.000, com a emissão de 64.000.000 (sessenta e quatro milhões,) ações ordinárias nominativas, sem valor nomina, subscrito e integralizado em bens e direitos relacionados a Alex Holding, de titularidade da acionista Lethe Energia S.A.

  Em 28 de fevereiro de 2023, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada nesta data, aumentaram o capital da Companhia em R$291.700, com a emissão de 1.121.923.077 (um bilhão, cento e vinte e um milhões, novecentas e vinte e três mil, setenta e sete) ações ordinárias nominativas, sem valor nomina, subscrito e integralizado em bens e direitos relacionados a Alex Holding, de titularidade da acionista Lethe Energia S.A.

  Dessa forma, perfazendo o total de R$307.700 de aumento de capital social.

b) Reservas de lucros

b.1) *Reserva legal*

O estatuto social determina que 5% do lucro líquido serão aplicados, antes de qualquer outra destinação na constituição da reserva legal, a qual não poderá exceder a 20% do capital social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

b.2) *Reserva de retenção de lucros*

O estatuto social da Companhia prevê que o saldo remanescente, após as deduções legais, será distribuído como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

14. Patrimônio líquido--Continuação

b) Reservas de lucros--Continuação

b.2) *Reserva de retenção de lucros*--Continuação

Conforme previsto no artigo 199 da Lei n° 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos.

Ainda, conforme previsto no artigo 202, §§ 4° e 5° da Lei n° 6.404/76, os lucros que deixarem de ser distribuídos em razão de situação financeira da Companhia devem ser registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que o permitir a situação financeira da Companhia.

c) Dividendos

O estatuto social determina que será destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório o valor correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76 das Companhia por Ações.

O Estatuto Social determina também que, atendida à destinação do dividendo mínimo obrigatório, o saldo disponível será distribuído, igualmente, como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

d) Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o resultado pela quantidade média ponderada de ações em circulação no exercício.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia não possuía instrumentos financeiros conversíveis em ações, logo o lucro básico e diluído por ação é o mesmo.

O cálculo do prejuízo básico por ação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi realizado utilizando como base a média ponderada das ações ordinárias em circulação, conforme apresentado a seguir:

14. Patrimônio líquido--Continuação

d) Lucro por ação--Continuação

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Número de ações ordinárias no início do exercício (em milhares)	**2.531.689**	1.345.766	**2.531.689**	1.375.766
Número de ações ordinárias no término do exercício (em milhares)	**2.535.159**	2.531.689	**2.532.159**	2.531.689
Prejuízo líquido do exercício	**(68.861)**	(8.666)	**(69.178)**	(9.122)
Número médio ponderado das ações no exercício	**2.535.159**	2.411.528	**2.535.159**	2.411.528
Prejuízo básico por ação – em reais	**(0,027)**	(0,003)	**(0,027)**	(0,003)
Prejuízo diluído por ação – em reais	**(0,027)**	(0,003)	**(0,027)**	(0,003)

15. Participação de outros acionistas não controladores

2024

Entidade	Participação do acionista não controlador	Patrimônio líquido	Prejuízo líquido	Participação de acionistas não controladores	
				Patrimônio líquido	Resultado
Alex I Energia SPE S.A.	**0,98%**	**77.080**	**(3.538)**	**753**	**(29)**
Alex III Energia SPE S.A.	**1,00%**	**58.915**	**(3.601)**	**591**	**(36)**
Alex IV Energia SPE S.A.	**0,97%**	**59.609**	**(3.760)**	**580**	**(37)**
Alex V Energia SPE S.A.	**0,97%**	**56.516**	**(3.955)**	**550**	**(39)**
Alex VI Energia SPE S.A.	**0,97%**	**55.022**	**(3.717)**	**536**	**(36)**
Alex VII Energia SPE S.A.	**0,97%**	**56.831**	**(3.834)**	**553**	**(37)**
Alex VIII Energia SPE S.A.	**0,97%**	**54.294**	**(3.546)**	**527**	**(34)**
Alex IX Energia SPE S.A.	**0,97%**	**57.205**	**(3.781)**	**557**	**(37)**
Alex X Energia SPE S.A.	**0,97%**	**59.782**	**(3.124)**	**583**	**(32)**
				5.231	**(317)**

A movimentação de outros acionistas não controladores é como segue:

Acionista não controlador	Saldo em 2023	Equivalência patrimonial	Dividendos	Aumento de capital	Saldo em 2024
Lethe Energia S.A.	5.536	**(317)**	**(47)**	**59**	**5.231**

2023

Entidade	Participação do acionista não controlador	Patrimônio líquido	Prejuízo líquido	Participação de acionistas não controladores	
				Patrimônio líquido	Resultado
Alex I Energia SPE S.A.	0,98%	74.062	(2.675)	727	(26)
Alex III Energia SPE S.A.	1,00%	63.871	(1.780)	640	(18)
Alex IV Energia SPE S.A.	0,97%	65.108	(1.761)	633	(17)
Alex V Energia SPE S.A.	0,97%	60.472	(2.006)	588	(19)
Alex VI Energia SPE S.A.	0,97%	58.740	(1.646)	571	(16)
Alex VII Energia SPE S.A.	0,97%	60.664	(1.738)	590	(17)
Alex VIII Energia SPE S.A.	0,97%	57.841	(1.397)	563	(14)
Alex IX Energia SPE S.A.	0,97%	60.985	(1.760)	594	(17)
Alex X Energia SPE S.A.	0,97%	64.901	(1.261)	630	(12)
				5.536	(156)

A movimentação de outros acionistas não controladores é como segue:

Acionista não controlador	Saldo em 2022	Equivalência patrimonial	Dividendos	Aumento de capital	Saldo em 2023
Lethe Energia S.A.	6.077	(156)	(411)	26	5.536

16. Receita operacional líquida

	Consolidado	
	2024	**2023**
Receita operacional bruta		
Fornecimento de energia		
Venda de energia elétrica	**186.272**	191.118
Venda de energia elétrica - partes relacionadas (nota 22)	**1.175**	-
	187.447	191.118
Deduções da receita operacional bruta		
Impostos sobre a venda		
ICMS	**(2.881)**	(420)
PIS	**(1.229)**	(1.096)
COFINS	**(5.670)**	(5.062)
	(9.780)	(6.578)
Receita operacional líquida	**177.667**	184.540

17. Custo de geração de energia e despesas administrativas e gerais

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Custo do serviço de energia elétrica				
Compra de energia elétrica – partes relacionadas (nota 22)	**-**	-	**(13.638)**	-
Royalties ANEEL	**-**	-	**(29.795)**	(26.133)
Pesquisa e desenvolvimento	**-**	-	**(44)**	
	-	-	**(43.477)**	(26.133)
Custo com a operação				
Impostos, licenças e taxas	**-**	-	**(323)**	(466)
Viagens	**-**	-	**(449)**	(515)
Serviços de terceiros	**-**	-	**(12.474)**	(6.131)
Seguros	**-**	-	**(5.024)**	(5.188)
Pessoal	**-**	-	**(5.868)**	(6.456)
Depreciação e amortização	**-**	-	**(73.949)**	(71.910)
Manutenção	**-**	-	**(5.601)**	-
MRE/CCEE (*)	**-**	-	**(868)**	(108)
Telecomunicações	**-**	-	**(323)**	(282)
Aluguéis e utilidades	**-**	-	**(154)**	(144)
Promoção e publicidade	**-**	-	**(309)**	(234)
Outros custos	**-**	-	**(3.849)**	(1.763)
	-	-	**(109.191)**	(93.197)
Total do custo de geração de energia	**-**	-	**(152.668)**	(119.330)

17. Custo de geração de energia e despesas administrativas e gerais-- Continuação

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Despesas administrativas e gerais				
Impostos, licenças e taxas		-	**-**	(6)
Viagens	**(114)**	(60)	**-**	(3)
Serviços de terceiros	**(751)**	(265)	**(688)**	(619)
Pessoal	**(2.918)**	(4.985)	**(228)**	(74)
Serviços de administração – partes relacionadas (nota 22)	**(256)**	(242)	**(4.055)**	(4.148)
Promoção e publicidade	**(22)**	-	**-**	(116)
Outros	**(20)**	(57)	**-**	-
Total das despesas administrativas e gerais	**(4.116)**	(5.609)	**(4.971)**	(4.966)
Total de custos de geração de energia e despesas administrativas e gerais	**(4.116)**	(5.609)	**(157.639)**	(124.296)

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

18. Outras receitas (despesas) operacionais

	Consolidado	
	2024	**2023**
Outras receitas (despesas) operacionais		
Multa e juros de tributos	**(437)**	(4)
Ganho e perda na venda de ativo	**(548)**	2.096
Indenização seguros	**1.945**	334
Outros	**(238)**	(290)
Total com outras receitas (despesas) operacionais	**722**	9.751

19. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	**2.975**	7.751	**25.039**	28.932
Compensação por perdas (*)	-	-	**-**	8.656
Outros	**-**	-	**1**	46
	2.975	7.751	**25.040**	37.634
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos (nota 11)	**(54.241)**	(47.023)	**(88.101)**	(82.301)
Juros sobre arrendamentos (nota 9)	**-**	-	**(49)**	(24)
Despesas com letras de crédito	**-**	(1.170)	**(2.724)**	(3.419)
Empréstimos vinculados a ativos – taxas	**-**	-	**-**	(1.810)
Atualização com obrigação de aquisição (nota 20)	**(2.353)**	(2.625)	**(2.353)**	(2.625)
Atualização monetária sobre provisão para desmobilização (nota 13)	**-**	-	**(1.560)**	(203)
Imposto sobre operações financeiras	**(143)**	(801)	**(220)**	(672)
PIS e COFINS s/receita financeira	**-**	-	**-**	(360)
Despesas com juros e descontos concedidos	**(4.797)**	(5.025)	**(5.963)**	(5.025)
Outras despesas financeiras	**(629)**	-	**(3.003)**	(13)
	(62.163)	(56.644)	**(103.973)**	(96.452)
Resultado financeiro	**(59.188)**	(48.893)	**(78.933)**	(58.818)

(*) Registrado o montante de R$8.656 em 31 de dezembro de 2023 (R$10.360 em 2022) decorrente de resultado favorável da ação de arbitral 51/2019/SEC1 movida contra a Fator Seguradora S/A e Fairfax Brazil Seguros Corporativos S/A no Foro Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("CAM-CCBC") referente a sinistro em aerogerador ocorrido em 23/07/2016 com cobertura pela apólice 09600000092. Em 27.03.2023 o Tribunal Arbitral proferiu a Sentença Arbitral Final, reconhecendo o direito da Autora de ser indenizada por danos materiais e lucros cessantes acrescidos de atualização monetária e juros, o valor relacionado a essa ação arbitral é de direito da antiga acionista da Companhia Faísa V e faz parte do preço de aquisição com fechamento na data 03 de março de 2023 e deverá ser paga ao vendedor. Em 17.05.2023 foi efetuado o pagamento efetivo de R$25.900 liquidando assim a referida decisão arbitral, sendo: (a) R$21.854 correspondente a compensação por danos materiais, reconhecida no resultado, sendo R$7.467 reconhecido em 2023; (b) R$3.114 correspondente a compensação por lucros cessantes, reconhecida no resultado, sendo R$1.041 reconhecido em 2023; (c) R$932 correspondente a compensação por despesas incorridas na arbitragem reconhecida no resultado, sendo R$148 reconhecido em 2023.

20. Obrigação com aquisição de investimento

Na aquisição dos ativos da Eólica Faísa, a Companhia acordou em reter o montante de R$24.750, corrigido pelo IPCA.

Conforme cláusulas contratuais do acordo de Compra e Venda de ativos, a parcela diferida, será paga até 2028.

A parcela retida atualizada em 31 de dezembro de 2024, está composta conforme quadro abaixo.

	Controladora e Consolidado	
	2024	**2023**
Saldo inicial	27.375	-
Obrigação com aquisição de investimento	**-**	24.750
Atualização da obrigação com aquisição de investimento (nota 19)	**2.353**	2.625
Total com obrigação com aquisição de investimento	**29.728**	27.375

21. Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apurou imposto de renda e contribuição social pela sistemática do lucro real, como demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Lucro antes de imposto de renda e contribuição social	**(68.861)**	(8.966)	**(58.183)**	3.562
% do imposto (*)	**34%**	34%	**34%**	34%
Base de imposto de renda e contribuição social	**23.413**	3.048	**19.782**	(1.211)
Diferença de tributação do presumido	**-**	-	**(5.562)**	13.954
Equivalência patrimonial	**1.802**	22.379	**-**	-
Créditos fiscais de IRPJ e CSLL não reconhecidos	**(20.749)**	(22.836)	**(20.749)**	(22.836)
Provisão	**(440)**	-	**(440)**	-
Outros	**(4.026)**	(2.591)	**(4.026)**	(2.591)
Total despesa de imposto de renda e contribuição social	**-**	-	**(10.995)**	(12.684)

(*) A aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável.

Em 31 de dezembro de 2024, a controladora possuía um saldo total de imposto de renda sobre prejuízos fiscais e contribuição social sobre base negativa acumulados, no montante de R$56.556 (Em 31 de dezembro de 2023 saldo de R$35.853). O total do prejuízo fiscal da controladora em 31 de dezembro de 2024 é de R$166.342 (R$105.220 em 2023).

Os créditos tributários diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa não foram registrados pelo fato de a Companhia não ter expectativa de apuração de lucros fiscais futuros para realização dos referidos créditos tributários.

22. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas estão resumidas a seguir:

		Controladora		Consolidado	
	Notas	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Ativo					
Contas a receber					
Alex I Energia SPE S.A.	(a)	**374**	357	**-**	-
Alex X Energia SPE S.A.	(a)	**-**	-	**-**	-
Alex VIII Energia SPE S.A.	(a)	**-**	-	**-**	-
Alex IX Energia SPE S.A.	(a)	**-**	-	**-**	-
Eólica Faísa I S.A.	(a)	**14**	-	**-**	-
Eólica Faísa II S.A.	(a)	**14**	-	**-**	-
Eólica Faísa III S.A.	(a)	**8**	-	**-**	-
Eólica Faísa V S.A.	(a)	**8**	-	**-**	-
Eólica Faísa S.A.	(a)	**1.085**	-	**-**	-
Enerplan Energia Eólica IV S.A.	(a)	**20**	-	**20**	-
Força dos Ventos Energia Eólica S.A.	(a)	**2.512**	-	**2.512**	-
Enerplan Energia Eólica III S.A.	(a)	**10**	-	**10**	-
Elera Renováveis S.A.	(a)	**34**	35	**2.867**	76
	(nota 5)	**4.079**	392	**5.409**	76
Dividendos a receber					
Alex I Energia SPE S.A.	(b)	**-**	3.000	**-**	-
Alex X Energia SPE S.A.	(b)	**15**	1.552	**-**	-
Alex III Energia SPE S.A.	(b)	**-**	1.377	**-**	-
Alex IV Energia SPE S.A.	(b)	**-**	1.788	**-**	-
Alex V Energia SPE S.A.	(b)	**4.283**	7.585	**-**	-
Alex VI Energia SPE S.A.	(b)	**3.949**	7.467	**-**	-
Alex VII Energia SPE S.A.	(b)	**4.266**	7.930	**-**	-
Alex VIII Energia SPE S.A.	(b)	**3.701**	7.824	**-**	-
Alex IX Energia SPE S.A.	(b)	**3.617**	7.654	**-**	-
Eólica Faísa S.A.	(b)	**13.187**	14.804	**-**	-
		33.018	60.981	**-**	-
AFAC Ativo					
Alex I Energia SPE S.A.	(c)	**-**	1.181	**-**	-
		-	1.181	**-**	-

22. Transações com partes relacionadas--Continuação

		Controladora		Consolidado	
	Notas	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Passivo					
Contas a pagar					
Elera Renováveis S.A.	(d)	**-**	68	**7.139**	2.173
Brookfield Gestão e Energia S.A.	(d)	**-**	-	**237**	-
Centrais Eólicas Alvorada Ltda	(d)	**-**	-	**2.673**	
Alex I Energia SPE S.A.	(d)	**142**	-	**-**	-
Unidas Locações e Serviços	(d)	**-**	-	**-**	118
Eólica Pontal 2A S.A.	(d)	**233**	44	**-**	44
Eólica Faísa III S.A.	(d)	**13**	13	**-**	-
Eólica Faísa V S.A.	(d)	**28.325**	-	**-**	-
Eólica Faísa S.A.	(d)	**542**	-	**-**	-
Janaúba XI Geração Solar Energia S.A.	(d)	**-**	-	**76**	-
Janaúba XII Geração Solar Energia S.A.	(d)	**-**	-	**76**	-
Janaúba XV Geração Solar Energia S.A.	(d)	**-**	-	**88**	-
Janaúba XVII Geração Solar Energia S.A.	(d)	**-**	-	**89**	-
Janaúba XIX Geração Solar Energia S.A.	(d)	**-**	-	**73**	-
Janaúba XX Geração Solar Energia S.A.	(d)	**-**	-	**86**	-
Janaúba IV Geração Solar Energia S.A.	(d)	**-**	-	**76**	-
Janaúba V Geração Solar Energia S.A.	(d)	**-**	-	**76**	-
Janaúba VII Geração Solar Energia S.A.	(d)	**-**	-	**76**	-
Janaúba VIII Geração Solar Energia S.A.	(d)	**-**	-	**76**	-
Centrais Eólicas Nossa Senhora da Conceição Ltda	(d)	**-**	-	**2.177**	-
Centrais Eólicas Planaltina Ltda	(d)	**-**	-	**56**	-
Centrais Eólicas Porto Seguro Ltda	(d)	**-**	-	**6.205**	-
Centrais Eólicas Serra do Salto Ltda	(d)	**-**	-	**352**	-
Força dos Ventos Energia Eólica S.A.	(d)	**445**	-	**445**	-
Lethe Energia S.A.	(d)	**-**	9	**57**	255
	(nota 10)	**29.700**	134	**20.133**	2.590
Dividendos a pagar					
Lethe Energia S.A.	(e)	**15.162**	20.442	**15.435**	20.894
		15.162	20.442	**15.435**	20.894
AFAC passivo					
Lethe Energia S.A.	(f)	**-**	-	**-**	12
		-	-	**-**	12

22. Transações com partes relacionadas--Continuação

			Controladora		Consolidado	
		Notas	2024	2023	2024	2023
Venda de energia						
Elera Renováveis S.A.	(g)	**-**	-	**1.175**	-	
Elera Gestão e Energia S.A.	(g)	**-**	-	**-**	-	
	(nota 16)	**-**	-	**1.175**	-	
Custo						
Compra de energia						
Centrais Eólicas Alvorada Ltda	(h)	-	-	**2.676**	-	
Centrais Eólicas Serra do Salto Ltda	(h)	-	-	**6.245**	-	
Centrais Eólicas Nossa Conceição Ltda	(h)	-	-	**2.177**	-	
Centrais Eólicas Porto Seguro Ltda	(h)	-	-	**351**	-	
Centrais Eólicas Planaltina Ltda	(h)	-	-	**55**	-	
Brookfield Gestão e Energia S.A.	(h)	-	-	**2.134**	-	
	(nota 17)	**-**	-	**13.638**	-	
Receita						
Administrativo						
Serviços de ADM						
Elera Renováveis S.A.	(i)	**256**	242	**4.055**	4.148	
	(nota 17)	**256**	242	**4.055**	4.148	

(a) Contas a receber entre a Companhia e as empresas do grupo, como venda de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros;
(b) Dividendos a serem recebidos das empresas controladas da Companhia;
(c) Adiantamento para futuro aumento de capital enviado as controladas
(d) Contas a pagar entre a Companhia e as empresas do grupo, como compra de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros;
(e) Referem-se aos dividendos mínimos obrigatórios a serem pagos aos acionistas da Companhia;
(f) Adiantamento para futuro aumento de capital recebido da controladora
(g) Venda de energia elétrica para outras empresas do grupo;
(h) Compra de energia elétrica para outras empresas do grupo;
(i) Conforme acordado entre as partes, o saldo se refere à prestação de serviços de assessoria e de consultoria empresarial nas áreas jurídica, contábil, fiscal, trabalhista, de administração financeira, recursos humanos e engenharia, reajustado anualmente pela variação do IGP-M.

Nenhuma das transações entre partes relacionadas está vencida ou possui indícios de não recuperabilidade.

Todas as operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes e não ocorreram transações avaliadas como atípicas e fora do curso normal dos negócios.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Em 2024 e 2023, tendo em vista os acordos firmados entre os diretores, ora eleitos e as entidades do grupo econômico do qual a Companhia faz parte, os diretores não receberam qualquer remuneração da Companhia para o presente exercício social.

23. Cobertura de seguros

As controladas da Companhia tem como política manter cobertura de seguros para os bens vinculados à autorização sujeitos a riscos, considerando a natureza da sua atividade. O total da cobertura segurada em 31 de dezembro de 2024 é de R$922.330 (R$2.095.806 em 31 de dezembro de 2023) para os bens vinculados à autorização, com início em 31 de março de 2024 e término em 30 de setembro de 2025.

Complexo Alex

A apólice de seguro mantida pelas controladas da Companhia tem como proponente principal a Alex I Energia SPE S.A., sendo previstas as coberturas seguradas por locais de risco onde estão instaladas as usinas do grupo. A soma das indenizações pagas pela presente apólice não poderá exceder o limite máximo de indenização combinado, Danos Materiais e Lucros Cessantes, no valor total de R$400.000.

Complexo Faísa

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações.

As coberturas foram contratadas, pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros:

Tipo de seguro	Valor segurado	Vigência
Responsabilidade civil	165.000	22 de junho de 2024
Risco operacional	1.134.304	22 de junho de 2024

Os valores segurados possuem os limites acima informados e abrangem as cinco usinas eólicas controladas da Eólica Faísa S.A. (Faísa I, Faísa II, Faísa III, Faísa IV e Faísa V).

As premissas de riscos adotadas para a contratação dos seguros, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

24. Instrumentos financeiros

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC 39, 40 e 48, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Os ativos financeiros da Companhia são classificados a valor justo por meio do resultado ou por custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora					
	2024			**2023**		
Ativos financeiros	**Custo amortizado**	**A valor justo por meio de resultado**	**Total**	**Custo amortizado**	**A valor justo por meio de resultado**	**Total**
Conta corrente	**54**	**-**	**54**	-	-	-
Aplicações financeiras	**-**	**29.987**	**29.987**	-	29.270	29.270
Contas a receber	**4.079**	**-**	**4.079**	392	-	392
Dividendos a receber	**33.018**	**-**	**33.018**	60.981	-	60.981
	37.151	**29.987**	**67.138**	61.373	29.270	122.642

24. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação

	Consolidado					
	2024			2023		
Ativos financeiros	**Custo amortizado**	**A valor justo por meio de resultado**	**Total**	**Custo amortizado**	**A valor justo por meio de resultado**	**Total**
Conta corrente	**2.295**	**-**	**2.295**	9.474	-	9.474
Aplicações financeiras	**-**	**210.531**	**210.531**	-	207.415	207.415
Contas a receber	**32.391**	**-**	**32.391**	29.939	-	29.939
Depósitos restituíveis (caixa restrito)	**-**	**36.701**	**36.701**	-	33.967	33.967
	34.686	**247.232**	**281.918**	39.413	241.382	280.795

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidas no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Custo amortizado: Incluem ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Os principais passivos financeiros da Companhia são classificados a valor justo por meio do resultado ou por custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora					
	2024			2023		
Passivos financeiros	**Custo Amortizado**	**A valor justo por meio de resultado**	**Total**	**Custo Amortizado**	**A valor justo por meio de resultado**	**Total**
Contas a pagar	**29.700**	**-**	**29.700**	26.456	-	26.456
Empréstimos e financiamentos	**495.413**	**-**	**495.413**	472.728	-	472.728
Dividendos a pagar	**15.162**	**-**	**15.162**	20.442	-	20.442
	540.275	**-**	**540.275**	519.626	-	519.626

24. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação

	Consolidado					
	2024			2023		
Passivos financeiros	**Custo Amortizado**	**A valor justo por meio de resultado**	**Total**	**Custo Amortizado**	**A valor justo por meio de resultado**	**Total**
Contas a pagar	**169.035**	**-**	**169.035**	134.369	-	134.369
Empréstimos e financiamentos	**1.115.656**	**-**	**1.115.656**	1.132.947	-	1.132.947
Dividendos a pagar	**15.435**	**-**	**15.435**	20.894	-	20.894
Arrendamento	**899**	**-**	**899**	172	-	172
	1.301.025	**-**	**1.301.025**	1.288.382	-	1.288.382

24. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo.

A Companhia não possui instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, cujo valor de mercado difere do contábil em 2024 e 2023.

c) Mensuração do valor justo

A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

a) Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada e preços cotados (não corrigidos) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos.

b) Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sejam observáveis, direta ou indiretamente.

	Consolidado	
	2024	**2023**
Aplicação financeira (caixa e equivalentes de caixa)	**210.531**	207.415
Depósitos restituíveis (caixa restrito)	**36.701**	33.967

c) Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

A Companhia não possui instrumentos financeiros classificados em nível 1 ou 3 em 31 de dezembro de 2023 e 2022. A mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros é aproximada do valor contábil.

24. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando à segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

A política da Companhia estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais ou a quaisquer índices sujeitos a maiores volatilidades.

Neste sentido, a contratação de instrumentos financeiros derivativos pode ocorrer após análise do risco pela Administração da Companhia, simultaneamente ao contrato que deu origem a tal exposição.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o rating disponibilizado apenas por renomadas agências de análise de risco, o patrimônio líquido e os níveis de concentração de operações e recursos. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

i) *Risco de crédito*

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito referem-se às disponibilidades e as contas a receber. Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

O risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é minimizado uma vez que os recebimentos ocorrem no mês subsequente ao fato gerador.

ii) *Risco de liquidez*

Representa o risco de escassez e dificuldade da Companhia honrar suas dívidas. A Companhia procura alinhar o vencimento de suas obrigações com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

iii) *Risco de taxa de juros*

Refere-se ao risco de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados no mercado e partes relacionadas.

24. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

iii) *Risco de taxa de juros*--Continuação

Refere-se ao risco de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados no mercado e partes relacionadas.

A Companhia entende que não é necessário celebrar contratos de derivativos para cobrir este risco, entretanto, vem monitorando continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

iv) *Risco de vencimento antecipado de empréstimos, financiamentos e debêntures*

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia, as quais, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (*covenants* financeiros). Essas cláusulas restritivas são monitoradas mensalmente pela Administração por meio de planilha de medição de índices financeiros, com base nos contratos firmados os quais estão sendo atendida plenamente, não limitando desta forma a capacidade de condução do curso normal das operações.

e) Derivativos

Durante os exercícios de 2024 e 2023 a Companhia não negociou com instrumentos financeiros derivativos.

25. Transação que não envolve caixa ou equivalentes de caixa – Atividades de financiamento

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram realizadas operações não envolvendo caixa nas demonstrações do fluxo de caixa, do qual demonstramos as principais a seguir:

Ativo de direito de uso	**2024**
Total de movimentação do ativo de direito de uso (nota 9)	(739)
Adição de contratos de arrendamento (nota 9)	1.024
Total das movimentações conforme demonstrações dos fluxos de caixa	**133**

Arrendamento	**2024**
Total de movimentação do arrendamento (nota 9)	727
Adições de contratos de arrendamento (nota 9)	(1.024)
Total das movimentações conforme demonstrações dos fluxos de caixa	**(297)**

* * *